

Nota Informativa

Edição 189/2023

DESTAQUES

TSE analisa resolução para punir uso irregular de IA nas eleições

Senado adia marco legal da inteligência artificial para 2024

Conselhão propõe à Lula agência de transformação digital e ação pró 5G

Relator da reforma tributária terá nova reunião com Lira, Pacheco e Braga para fechar parecer

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

MCTI e CNPq anunciam R\$ 260 milhões de investimentos em novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

Novos conselheiros do Cade defendem regular concorrência no ecossistema digital

Ministra Luciana Santos anuncia mais R\$ 3,5 milhões para popularização da ciência

Sebrae disponibiliza R\$ 16,3 milhões para pesquisadores conquistarem mercado de inovação

REFORMA ADMINISTRATIVA

Lira defende aprovação da reforma administrativa e diz que é um tema urgente

REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco e Lira se reúnem para discutir a reforma tributária

Reforma tributária: sem exceções criadas no Congresso, IVA poderia ter valor mais próximo ao de países desenvolvidos, diz CNI

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Senado aprova indicados para o Banco Central e para a CVM

Senado aprova indicações de conselheiros para o Cade

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

BC decide sobre Selic na quarta sob pressão do governo e com inflação dentro da meta

ORÇAMENTO

Comissão aprova 4 relatórios temáticos do Orçamento de 2024

Relator da LDO volta atrás e tira o Sistema S do Orçamento da União

LDO: relator recua e retira obrigatoriedade de pagamento das emendas de comissão

Comissão aprova quatro relatórios setoriais do Orçamento de 2024

POLÍTICA

Sem acordo, vetos ao Carf, marco temporal e arcabouço vão a voto

DESTAQUES

TSE analisa resolução para punir uso irregular de IA nas eleições

Poder Judiciário | 13/12/2023 – 11h11min

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) está analisando a elaboração de uma resolução para punir o uso irregular de IA (Inteligência Artificial) durante as eleições municipais de 2024. Conforme apurou o Jornal Poder360, uma eventual norma é discutida internamente e deve ser debatida em uma audiência pública no fim de janeiro. Para serem aplicadas no pleito de 2024, as resoluções devem ser aprovadas até 5 de março de 2024. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Senado adia marco legal da inteligência artificial para 2024

Poder Legislativo | 13/12/2023

O Senado Federal aprovou na noite de terça, 12/12, a prorrogação, por 120 dias, dos trabalhos da comissão temporária da inteligência artificial. A CTIA analisa o PL 2338/2023, além de outros cinco projetos relacionados ao tema. A principal proposta foi elaborada por uma comissão de juristas a pedido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Como visto durante as audiências públicas realizadas pela comissão especial, não existe sequer convergência sobre a necessidade de regulação da inteligência artificial já. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Conselhão propõe à Lula agência de transformação digital e ação pró 5G

Poder Executivo | 13/12/2023

O recriado Conselho apresentou ao presidente Lula uma série de propostas em diferentes áreas, de políticas para primeira infância até a transição energética. O grupo de 44 'medalhões' do universo das TICs também entregou um relatório. São nove recomendações, com destaque para uma agência brasileira do digital. A ideia é remanejar recursos existentes e criar uma supervisão acima dos ministérios para tocar uma agenda nacional de transformação digital. Uma espécie de Casa Civil dedicada ao digital. A nova encarnação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável tem 246 integrantes, divididos em 5 grupos temáticos, um deles especificamente de transformação digital. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da reforma tributária terá nova reunião com Lira, Pacheco e Braga para fechar parecer

Poder Legislativo | 13/12/2023 – 15h08min

Relator da reforma tributária, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) aguarda o parecer da assessoria técnica da Câmara sobre a proposta para fazer ajustes em seu relatório para, então, apresentá-lo ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e ao senador Eduardo Braga (MDB-AM), que foi relator do projeto no Senado. Só depois desse encontro, Ribeiro deve arrematar o texto final e protocolá-lo no sistema interno da Câmara. Isso deve ocorrer ainda na terça-feira (13). A expectativa é de votação dos dois turnos da reforma na quinta-feira (14). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

MCTI e CNPq anunciam R\$ 260 milhões de investimentos em novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

Poder Executivo | 13/12/2023 – 13h17min

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciaram na quarta-feira (13) o investimento de R\$ 260 milhões para mais 42 projetos científicos que serão apoiados no âmbito do programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs). Os recursos serão disponibilizados para pesquisas de alto nível a serem desenvolvidas em rede. O anúncio foi feito pela ministra Luciana Santos e o presidente do CNPq, Ricardo Galvão, durante a abertura do 62º Fórum Nacional do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), no auditório do CNPq, em Brasília. “Com essa iniciativa, somando os projetos já em andamento contemplados em chamadas anteriores, o programa INCT passa a contar com 204 projetos apoiados. É um dos mais importantes programas de fomento a projetos de alto impacto científico e de formação de recursos humanos”, afirmou a ministra. Os projetos foram selecionados na última chamada pública do programa, de 2022, e receberão recursos adicionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de 12 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs). Com esse aporte, a chamada contemplará 100 novos projetos e mais de R\$ 600 milhões em investimento. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Novos conselheiros do Cade defendem regular concorrência no ecossistema digital

Poder Executivo | 12/12/2023 – 22h01min

O plenário do Senado Federal aprovou na noite de terça-feira, 12, os nomes dos quatro indicados para compor o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Antes do plenário, os indicados foram sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o tema da regulação do ecossistema digital foi um dos aspectos tratados. Questionado sobre como o Cade pode atuar para garantir uma concorrência no ambiente digital, Diogo Thomson disse que o tema está na agenda de diversos países, e que o debate no Brasil precisa ser feito sob perspectiva própria. Ele destacou que o tema está sendo analisado pelo poder Legislativo, mas apontou que ainda é preciso mais maturação. Segundo Thomson, essa seria uma forma de garantir uma regulação conforme a conjuntura brasileira, sem necessariamente ser uma cópia de uma regra estrangeira. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministra Luciana Santos anuncia mais R\$ 3,5 milhões para popularização da ciência

Poder Executivo | 12/12/2023 – 15h54min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, anunciou na terça-feira (12) mais R\$ 3,5 milhões para o edital voltado à realização de feiras e olimpíadas do conhecimento. O anúncio foi feito durante o Encontro Nacional de Popularização, realizado em Brasília. No auditório com mais de 300 gestores de todo país, a ministra fez um balanço das ações e programas de popularização do MCTI. “Queremos esse país repleto de feiras, mostras, olimpíadas científicas e espaços científico-culturais. Por isso, fico muito feliz de poder anunciar que teremos mais R\$ 3,5 milhões para investimentos na realização de feiras e olimpíadas científicas em 2024”, afirmou a ministra. No evento, ela homenageou o físico e professor Ennio Candotti, que faleceu na semana passada. “Ele era um defensor da ciência, da tecnologia e da inovação como propulsoras do desenvolvimento nacional, sempre com atenção especial para as causas humanitárias. E eu não poderia deixar de citar aqui este homem que fez tanto pela divulgação científica e pela popularização da ciência. Que ele siga nos inspirando com o seu legado.” Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sebrae disponibiliza R\$ 16,3 milhões para pesquisadores conquistarem mercado de inovação

Poder Executivo | 12/12/2023

A partir de terça-feira (12), estão abertas as inscrições para a última etapa da jornada Catalisa ICT, programa do Sebrae que destinará R\$ 16,3 milhões para projetos de inovação em todo o país. O lançamento do edital ocorreu na terça-feira (12), com a participação do presidente do Sebrae, Décio Lima, e da ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, na sede do Sebrae, em Brasília. Por nove meses, até dois pesquisadores empreendedores receberão uma bolsa no valor de R\$ 6,5 mil por mês, além de capacitação, mentorias e participarão em eventos de conexões. As propostas devem ser submetidas até 31 de janeiro de 2024. A ação é promovida pelo Sebrae em parceria com diversas entidades do ecossistema nacional de inovação, com o objetivo de acelerar negócios inovadores de base tecnológica, além de promover a aproximação entre universidades e mercado. O presidente do Sebrae, Décio Lima, ressaltou que a pesquisa voltou a ser prioridade nas políticas públicas, ajudando o crescimento do país. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA ADMINISTRATIVA

Lira defende aprovação da reforma administrativa e diz que é um tema urgente

Poder Legislativo | 12/12/2023 – 17h04min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na terça-feira (12) que vai tentar destravar a tramitação da reforma administrativa (PEC 32/20). A proposta está pronta para ser apreciada pelo Plenário, tendo passado pela Comissão de Constituição e Justiça e por comissão especial. "Nós conseguimos aprovar um texto, que ainda pode ser alterado pelo Plenário, que parte de uma premissa muito simples: ele não mexe em direito adquirido de quem quer que esteja hoje no serviço público", disse. "Então, essa vendeta de que nós estamos a terceirizar e a acabar com o serviço público no Brasil não é verdade", concluiu. As afirmações foram feitas durante o seminário "Construindo Consensos: Caminhos para a Reforma Administrativa no Brasil", promovido pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco e Lira se reúnem para discutir a reforma tributária

Poder Legislativo | 13/12/2023 – 13h28min

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniram na 4ª feira (13.dez.2023) na residência oficial do Senado para discutir a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária. Os relatores da proposta na Casa Baixa, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e na Casa Alta, Eduardo Braga (MDB-AM), também participaram do encontro. O objetivo é fechar o texto que será votado pelos deputados nesta semana para que possa ser promulgado antes do recesso parlamentar, que começa em 23 de dezembro. A expectativa é que a votação da PEC seja realizada na 5ª feira (14.dez), depois da sessão do Congresso que analisará os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: sem exceções criadas no Congresso, IVA poderia ter valor mais próximo ao de países desenvolvidos, diz CNI

Mercado | 13/12/2023 – 08h17min

A alíquota estimada para os futuros impostos sobre valor agregado federal, estaduais e municipais seria de 21,7% sem as exceções (benefícios) incluídas pela Câmara e pelo Senado a determinados setores da sociedade. Os cálculos são da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da LCA Consultores. O levantamento tem por base o texto que foi aprovado pelo Senado Federal. E que, portanto, considera as exceções incluídas tanto pela Câmara quanto pelos senadores. O estudo confirma também cálculos do Ministério da Fazenda que, com as exceções a setores da sociedade, a alíquota padrão (cobrada daqueles sem o benefício) será de 27,5% - uma dos maiores do mundo. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Senado aprova indicados para o Banco Central e para a CVM

Poder Legislativo | 12/12/2023 – 20h09min

O Senado aprovou na terça (12/12) as indicações de Rodrigo Alves Teixeira (MSF 78/2023) e Paulo Picchetti (MSF 79/2023) para diretorias do Banco Central. A sabatina dos indicados foi realizada no dia 28 de novembro, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Também foram aprovados os nomes de Daniel Maeda Bernardo e de Marina Palma

Copola de Carvalho para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As aprovações serão comunicadas à Presidência da República. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado aprova indicações de conselheiros para o Cade

Poder Legislativo | 12/12/2023 – 17h40min

O Plenário do Senado Federal aprovou, na terça-feira (12/12), as indicações de Camila Cabral, Carlos Jacques, Diogo Thomson e José Levi para as vagas de conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os indicados confirmados pelo plenário já haviam sido aprovados em sabatina realizada na manhã de terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Os servidores agora serão nomeados pelo presidente da República. Em cumprimento aos artigos 6º, 12 e 16 da Lei nº 12.529/11, os novos conselheiros exercerão mandatos de quatro anos. Fonte: ASCOM CADE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

BC decide sobre Selic na quarta sob pressão do governo e com inflação dentro da meta

Poder Executivo | 13/12/2023 – 04h

O Banco Central deve voltar a reduzir a taxa Selic em 0,5 ponto percentual na quarta-feira (13), de 12,25% para 11,75%, segundo previsões do mercado financeiro. A decisão será divulgada após a última reunião do ano do Copom (Comitê de Política Monetária), iniciada na terça-feira (12). O comitê já havia antecipado que ocorreria uma redução "da mesma magnitude" que a queda de 0,5 ponto percentual implementada em novembro. De acordo com estimativas de mais de cem consultorias e instituições financeiras coletadas pela pesquisa Focus, a taxa de referência encerraria o ano em 11,75%, após quatro reduções consecutivas desde o início do ciclo de baixa em agosto passado. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Comissão aprova 4 relatórios temáticos do Orçamento de 2024

Poder Legislativo | 13/12/2023 – 12h58min

A CMO (Comissão Mista de Orçamento) aprovou na 4ª feira (13.dez.2023), de forma simbólica, 4 dos relatórios setoriais do Orçamento de 2024. As áreas do Turismo e do Esporte –de ministérios comandados pelo União Brasil e PP, respectivamente– foram as que tiveram maior valor de emendas acatadas na comparação proporcional com o orçamento original previsto. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da LDO volta atrás e tira o Sistema S do Orçamento da União

Poder Legislativo | 12/12/2023 – 18h32min

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União-CE), voltou atrás e decidiu tirar o financiamento do Sistema S do Orçamento da União para 2024. A previsão de a verba para o Sistema S sair do Orçamento havia sido incluída por Forte em sua versão inicial do texto. Só que a medida desagradou tanto o governo quanto os empresários ligados ao Sistema S. Desagradou o governo, porque teria um gasto que não

tem hoje, que poderia representar despesas a mais de cerca de R\$ 40 bilhões. E desagradou os empresários porque, fazendo parte do Orçamento, os recursos poderiam ser bloqueados. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

LDO: relator recua e retira obrigatoriedade de pagamento das emendas de comissão

Poder Legislativo | 12/12/2023 – 18h22min

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, Danilo Forte (União-CE), decidiu retirar alterações feitas no texto após conversas com integrantes do governo e reunião com líderes na Câmara dos Deputados, incluindo o presidente, Arthur Lira (PP-AL). Forte derrubou a inclusão da obrigatoriedade do empenho (compromisso de pagamento) de emendas de comissão. O valor direcionado para as rubricas, porém, está mantido em cerca de R\$ 11 bilhões. As emendas de comissão não são impositivas constitucionalmente, mas o relator havia incluído um prazo para o empenho. Isso, na prática, deixava as emendas também impositivas. Após protestos do governo, que argumentou o pouco espaço de manobra que sobraria no orçamento para o Executivo, Forte saiu vencido. Mais cedo, a reunião na Comissão Mista de Orçamento (CMO) já havia sido adiada, a pedido do líder governista, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova quatro relatórios setoriais do Orçamento de 2024

Poder Legislativo | 12/12/2023 – 15h55min

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou 4 dos 16 relatórios setoriais do Orçamento de 2024 (PLN 29/23). A presidente do colegiado, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), pediu aos relatores que ainda não publicaram seus pareceres que o façam logo para que todos os textos sejam votados até quinta-feira (14). A comissão volta a se reunir na quarta-feira (13) às 10 horas. Na terça-feira (12), foram aprovados os relatórios das seguintes áreas: Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Trabalho e Previdência Poderes de Estado e Representação; Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Emendas individuais No relatório da área de Fazenda, o relator, senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), destacou que foram apresentadas 968 emendas individuais, quase todas de transferências especiais para estados e municípios, no valor de quase R\$ 8 bilhões. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Sem acordo, vetos ao Carf, marco temporal e arcabouço vão a voto

Poder Legislativo | 12/12/2023 – 20h38min

O Congresso Nacional se reúne na 5ª feira (14.dez.2023) para votar 39 vetos presidenciais. Há acordo para analisar em bloco parte dos trechos rejeitados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas os congressistas devem votar separadamente os vetos aos projetos do marco temporal de demarcações, das regras do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e do novo regime fiscal. Sobre as 3 propostas, o governo defenderá a manutenção dos vetos, mas os congressistas já dão como certa a derrubada. O líder do Governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou na 3ª feira (12.dez) que negocia com a bancada do agronegócio a manutenção dos vetos a trechos específicos do marco temporal. Dentre eles, os que tratam da produção de transgênicos em terras indígenas, do contato com povos isolados e da revisão de demarcações. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

